Primeira Parte - Do sertão ao território:
Ocupação e políticas do espaço nas Minas Gerais
**Capítulo 1 - Do sertão dos cataguases às
minas gerais: As modalidades e o léxico da
ocupação**

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. Do sertão dos cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 51-81. ISBN: 978-85-423-0307-0.

<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

DO SERTÃO DOS CATAGUASES ÀS MINAS GERAIS AS MODALIDADES E O LÉXICO DA OCUPAÇÃO

O estudo do vocabulário empregado pelos agentes da colonização de Minas Gerais permite uma melhor compreensão do processo e das modalidades do povoamento da região. Das rápidas incursões nos sertões mineiros à criação dos seus primeiros núcleos estáveis de povoamento, veremos, neste primeiro capítulo, de que forma o espaço minerador foi sendo paulatinamente nomeado e transformado.

A NOÇÃO DE SERTÃO

O termo “sertão”, que designa o interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia, pode ser considerado como um dado pre-existente à colonização, ou ainda como o negativo do processo de povoamento e urbanização que procuraremos analisar. Recorrente nos textos contemporâneos à colonização da América portuguesa e carregada de significações por vezes contraditórias, esta palavra aparece continuamente nas representações do espaço mineiro, sejam elas discursivas ou cartográficas.

A noção de sertão relaciona-se a outros conceitos espaciais. *Espace étendu*, ou espaço “bruto”, é um conceito que se opõe ao de “território”, podendo ser definido, segundo Daniel Nordman, como “um repositório [*contenant*] flexível e indefinido no qual

entidades geográficas e sociais se formam e se distribuem”.¹ Da mesma maneira, se o associarmos à ideia de *étendue*, o sertão pode ser descrito como uma superfície de contornos imprecisos, mas contínua, homogênea – e, na perspectiva do colonizador, como uma folha em branco sobre a qual virão se inscrever as marcas da dominação. Cabe lembrar que, embora a visão do *binterland* sul-americano como uma terra “virgem” ou como um “vazio” não correspondesse à realidade, foi esta percepção que condicionou sua exploração. Como veremos adiante, ainda que os conquistadores tenham adotado referências espaciais e toponímias indígenas ao desbravarem os sertões, isso não significa que os territórios dos autóctones tenham sido reconhecidos e respeitados.

SERTÕES E OUTROS “VAZIOS”

A origem do termo “sertão” parece estar intimamente ligada à empresa colonial. Ao que tudo indica, as primeiras ocorrências da palavra coincidem com o início da expansão ultramarina portuguesa, no século XV.² Note-se também que as primeiras definições de dicionários portugueses harmonizam-se com a tendência que prevaleceu durante os dois séculos iniciais da expansão, ou seja, a de priorizar a exploração e a ocupação das partes costeiras das terras conquistadas. Segundo o dicionário de Bluteau, publicado no período 1712-1721, o sertão é uma “região distante do mar”.³ Definição que será complementada um século mais tarde por Antônio de Moraes Silva: “o interior, o coração das terras; é opp. ao marítimo, praias e costa (...). O sertão toma-se por mato longe da costa.”⁴

Não há acordo unânime entre os etimologistas no tocante à origem do termo. Alguns afirmam que sertão deriva do latim *desertus* (por intermédio do latim vulgar *desertanu*), o que corresponderia aos adjetivos “deserto”, “abandonado”, “descuidado”, “inculto”, “selvagem”, “desabitado” ou “pouco habitado”.⁵ Com efeito, a palavra deserto aparece em documentos da época colonial como um sinônimo de sertão.⁶ Não por acaso, no segundo decênio do século XIX, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire escolheria precisamente a palavra “deserto” para designar o primeiro sertão por ele percorrido, ou seja, o sertão da capitania de Minas Gerais:

A palavra sertão ou deserto não designa em absoluto uma divisão política do território, indicando tão somente uma espécie de divisão vaga e convencional, determinada pela natureza particular da região e sobretudo por sua reduzida população (...).

Não se deve imaginar que o sertão esteja limitado à província de Minas Gerais; ao contrário, ele se estende pela Bahia e Pernambuco, e toda a província de Goiás, que lhe é contígua, não passa de um imenso Deserto. Muitas províncias, e talvez todas elas, têm seu sertão, que é a sua parte mais deserta. Os sertões de Minas, Bahia, Pernambuco são espaços abertos, enquanto que o da província do Espírito Santo apresenta espessas florestas. Não é descabido afirmar que uma só província possa ter mais de um sertão, visto que, além do sertão da Bahia, vizinho do sertão das minas, as florestas desertas que se estendem a oeste do litoral, perto de Belmonte, também são um sertão.⁷

Na época da narrativa de Saint-Hilaire, a palavra francesa *désert* (deserto) reportava-se a “qualquer lugar desabitado”, ou ainda a um “lugar afastado, pouco frequentado”.⁸ O dicionário *Litttré* fornece detalhes acerca do sentido antigo do termo, lembrando que um “lugar deserto não apenas é desabitado, mas oferece ao espírito algo de selvagem, apartado de toda cultura e civilização”.⁹ Pode-se identificar aqui antigos conteúdos simbólicos do Ocidente Medieval¹⁰ referentes às imagens do “deserto” e da “floresta”, das quais o sertão certamente é tributário.¹¹ Com efeito, tais espaços também abrigavam cultos pagãos – no caso do Brasil, rituais indígenas e africanos –, eram refúgio para fugitivos e assassinos e constituíam, ao mesmo tempo, preciosas reservas de madeira, caça e terras cultiváveis, além de riquezas minerais, no caso dos sertões mineiros.

Nas primeiras décadas do século XIX, o termo sertão já figurava em dicionários franceses.¹² O *Larousse* registra a seguinte definição: “nome dado, no Brasil, a certas partes do território de algumas províncias pouco povoadas ou incultas, entre outras, aos ermos do São Francisco, na Província de Minas Gerais. Os raros habitantes destes desertos são chamados *sertanejos*.”¹³ Os dicionários franceses recentes atêm-se à definição geográfica atual de sertão: segundo o *Robert*, a palavra designa no Brasil toda a “zona semidesértica, pouco povoada, inculta ou pouco cultivada, dominada pela criação extensiva, particularmente bem

representada no Nordeste do país”. No entanto, no mesmo artigo encontra-se uma citação do geógrafo Pierre Monbeig que traz nuances importantes à significação da palavra:

Resta, enfim, tudo o que no Brasil é designado pela cômoda e vaga expressão de “Interior”. Ou ainda, “Sertão”, palavra aplicada a toda região pouco conhecida, pouco povoada, distante e algo misteriosa. São Paulo ainda tinha um Sertão por volta de 1935, porém, *o avanço do povoamento em direção ao oeste* marca o seu termo. Há quinze anos, o sertão estava em Goiás e Mato Grosso, mas a fundação de Brasília abre novos horizontes (...). Sertão também é a Amazônia, mas Sertão de florestas, equatorial.¹⁴

As passagens assinaladas reforçam alguns traços essenciais desta noção: as ideias de movimento, de deslocamento e mutação, que podem ser ocultadas pela associação mais corrente e atual da palavra sertão com as zonas áridas e, por vezes, estagnadas do Nordeste brasileiro.¹⁵ O sertão colonial é, ao contrário, um espaço em perpétuo vir a ser: sua conversão em *território* se faz à medida que o povoamento avança e se intensifica. O qualificativo “liminar”,¹⁶ tomado no seu sentido antropológico, também parece bastante adequado para descrever a realidade deste espaço, caracterizado por uma relativa e temporária indefinição, a qual antecede ou acompanha sua passagem a uma nova categoria.

Lembremos, porém, que o deslocamento das fronteiras do povoamento na colônia portuguesa não se fez de modo linear e contínuo, e nem sempre em direção ao oeste, como sugerira Pierre Monbeig. Os estabelecimentos criados durante as incursões dos bandeirantes, jesuítas, militares e de outros agentes de povoamento do Brasil deixavam atrás de si bolsões de terras devolutas, que só eram reabsorvidos muito tempo depois.¹⁷

O sertão da América portuguesa pode ser associado a outros contextos geográficos. Os termos *hinterland*¹⁸ e *wilderness*, relativos à América do Norte, os *despoblados*, das colônias espanholas, e mesmo o *bush*, palavra que designa os vastos espaços “vazios” australianos,¹⁹ correspondem bem à ideia de *sertão*. Embora se refiram a realidades biogeográficas e a contextos coloniais distintos, todas estas palavras designam regiões extensas, pouco habitadas, selvagens, inexploradas ou pouco conhecidas, não cartografadas e de limites fluidos ou subjetivos.

Como bem notou Saint-Hilaire, um sertão tanto pode ser uma região “aberta”, como um espaço preenchido por “espessas florestas”. Com efeito, independentemente do seu tipo de vegetação – floresta virgem, cerrado, campo ou caatinga –, o sertão constitui o limite, em contínuo movimento, do espaço povoado, cultivado, civilizado e territorializado que pouco a pouco o substitui. Portanto, podemos defini-lo simultaneamente como a realidade que preexiste ao território e como a fronteira, indefinida e movente, deste último.

O SERTÃO E A FRONTEIRA

É neste sentido que o conceito de sertão aproxima-se da noção turneriana de *frontier*, “este limite movente que separa as regiões povoadas das que ainda não o são, que marca a extremidade do avanço da sociedade civilizada”. Em seu ensaio fundador,²⁰ Frederick Jackson Turner interpretou a “fronteira” como uma linha que separa zonas povoadas e vazias, como o ponto de encontro da “selvageria” e da “civilização”.²¹ Outros autores norte-americanos, conquanto inspirados nesta tese, viram na fronteira mais uma superfície do que uma linha: porções de terra, de tamanho variado, situadas para além das regiões ocupadas por colonos brancos, que são ocupadas progressivamente por pioneiros a partir da expulsão ou da submissão das populações indígenas. O próprio Turner, em escritos posteriores, desenvolveu a ideia de que a fronteira seria não apenas uma linha ou uma superfície, mas um processo, bastante complexo, que incluiria

as mudanças sociais e políticas nas terras situadas nos confins das zonas povoadas, a ocupação progressiva de porções de território e a evolução destes do estado primitivo da vida pioneira até o que ele considerava como a etapa final: a sociedade urbana e industrializada.²²

Nos anos de 1930 e 1940, vários autores brasileiros procuraram aplicar à risca a teoria de Turner para explicar o processo de colonização do Brasil.²³ Em 1956, o historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, que se reservara de tais exercícios, admitia, no entanto, a pertinência do uso da noção de fronteira para abordar diversos aspectos da vida quotidiana dos índios e colonos dos sertões da América portuguesa:

A mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista – em contraste com as que, seguindo a tradição mais constante da colonização portuguesa se fixaram junto à marinha –, (...) esta própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de “fronteira”. Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelados mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. Nessa acepção a palavra “fronteira” já surge nos textos contemporâneos da primeira fase da colonização do Brasil e bem poderia ser utilizada aqui independentemente de quaisquer relações com o significado que adquiriu na moderna historiografia, em particular na historiografia norte-americana desde os trabalhos já clássicos de Frederick Jacson Turner.²⁴

Sabe-se que, desde a publicação, a tese de Turner recebeu numerosas críticas da parte de especialistas da história norte-americana; também são conhecidas as ressalvas quanto à sua aplicação na história da América Latina.²⁵ Contudo, estudos realizados nos últimos vinte anos²⁶ mostraram que, guardadas as devidas precauções, a noção de fronteira pode constituir-se num bom ponto de partida, numa visada pertinente para o estudo de processos de conquista, ocupação e desenvolvimento das terras “virgens” da América.²⁷

Na Europa, as “fronteiras” o mais das vezes separam zonas densamente povoadas; no Novo Mundo, o termo “fronteira” (ou *frontera* em espanhol) remete também às margens dos processos de conquista destas regiões consideradas “vazias” e destinadas ao povoamento.²⁸ São espaços que o geógrafo Pierre Monbeig preferia chamar de “franjas [*franges*] pioneiras”, definidas como zonas “marginais”, “imprecisas” e “fúgidias”, que separam “os brancos dos índios, e a natureza bruta da natureza civilizada”. Nestas zonas se operava um imenso trabalho de “formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção de uma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional”.

Lembremos que, se Monbeig preferia utilizar a expressão “franja pioneira” ao invés de “frente pioneira” (*front pionnier*), de uso mais corrente, não era somente para se afastar da metáfora

militar, mas também para evitar que o leitor imaginasse uma linha contínua, assim como a existência de uma ação premeditada pelos pioneiros, “fato que não se deu no passado e constitui, ainda hoje, uma exceção”. Também a considerava mais adequada porque “é raramente por um corte abrupto, e muito mais através de uma lenta progressão, que passamos de um espaço organizado àqueles que ainda não o são”.²⁹

Em Minas Gerais, foi a descoberta do ouro, no final do século XVII, que desencadeou a “marcha da civilização” e da territorialização dos sertões: em muito poucos anos, este espaço imenso, até então percorrido quase exclusivamente por índios de diversas “nações”, foi profundamente transformado pela chegada de uma população numerosa e bastante heterogênea, e pela organização político-territorial que o poder metropolitano impôs à sua nova conquista. De fato, na região mineira, bastaram alguns decênios para que se desenrolassem processos de grande complexidade, que em outras *fronteiras* da colônia levaram muito mais tempo para se realizar: a gênese e o desenvolvimento de cidades, a constituição de fluxos comerciais regionais e continentais, a formação de uma cultura urbana específica.

A descoberta das grandes jazidas auríferas funcionou, portanto, como um eficiente catalisador do processo de exploração e de ocupação do interior da região centro-sul. Como ocorrera anteriormente em outras partes da colônia, esta conquista fez-se em detrimento das populações indígenas, que foram destruídas pelas armas ou pelas doenças contagiosas, subjugadas e escravizadas, nas fazendas como nos povoados³⁰ – ou, na melhor das hipóteses, obrigadas a se refugiar em zonas ainda mais remotas ou de difícil acesso.

AS FORMAS E O LÉXICO DA OCUPAÇÃO

ÍNDIOS E MINAS:

EXPLORANDO AS RIQUEZAS DO SERTÃO

Ao referir-se a uma “região distante e *algo misteriosa*”, Pierre Monbeig toca em um aspecto essencial à compreensão da noção de sertão. Com efeito, o caráter “misterioso” destes espaços à margem da “civilização” constituiu um grande estímulo à sua exploração; em boa medida, foram os mitos de riqueza – que, em

alguns casos, viraram realidade – que melhor explicam o modo pelo qual os sertões de Minas foram percorridos e, em seguida, ocupados de maneira estável.

Durante os dois primeiros séculos da ocupação, o desbravamento do *binterland* foi freado pela necessidade de concentrar no litoral a maior parte dos colonos, aos quais cabia assegurar, com os poucos meios disponíveis, a defesa de uma colônia cobiçada por várias nações estrangeiras.³¹ No entanto, desde o início, a metrópole acalentara o sonho da descoberta de grandes tesouros, em pedras e metais preciosos, que pudessem recompensar os investimentos necessários à colonização. A esperança da Coroa era alimentada por diversas lendas, em geral de origem indígena, que se referiam a imensos tesouros escondidos no interior das terras.

Como podemos perceber nos antigos mapas da América do Sul, estas lendas deslocavam-se ou desapareciam à medida que avançava a conquista e o conhecimento do território: foi o caso da lenda indígena do Eldorado, bem como da cidade fantástica de Manoa, implantada às margens do grande lago Parima e escondida por espessas florestas. No final do século XVI, a ocupação espanhola no litoral norte do continente sul-americano, assim como na costa do Pacífico, já havia provocado a transferência destes lugares míticos para as *terrae incognitae* do sertão brasileiro. Se é verdade que as cidades fabulosas não tardaram a desaparecer dos mapas, o mesmo não ocorreu com o mito geográfico do grande lago – o Eupana, ou lago dos Xaraiés –, o qual, associado aos tesouros lendários do Eldorado, foi muitas vezes situado nos planaltos do interior do Brasil (no atual Estado do Mato Grosso).³²

Outros mitos geográficos originaram-se provavelmente nessas lendas. Na representação feita pelo padre M. Coronelli (1688), assim como no mapa da capitania de Porto Seguro feito pelo português Albernaz (Figura 1.1), podemos identificar o lugar mirífico que impulsionou diversas expedições na parte centro-sul do continente, a partir do século XVII: o “Sabarabuçu”, uma montanha “resplandecente” de prata e esmeraldas, situada junto a uma grande “lagoa dourada”, chamada “Vapabuçu”.³³

Antes do ouro, foram, com efeito, estas riquezas – especialmente as “pedras verdes” – que constituíram os tesouros almejados pelo rei de Portugal e por alguns de seus súditos da América. Estes começaram a avançar pelos sertões a partir da segunda metade do

século XVI, por vezes estimulados pelas autoridades coloniais. As primeiras “entradas” partiram de diversos pontos das costas leste e nordeste (capitanias do Espírito Santo, de Porto Seguro e da Bahia), subindo em direção às nascentes dos rios. Tais expedições tinham dimensões variadas, reunindo de algumas dezenas a várias centenas de homens, brancos, mestiços e índios aculturados – estes últimos servindo de guia e transportando os víveres – que percorriam à pé centenas de quilômetros (Figura 1.2).

Avançando durante longos meses por terras desconhecidas, alguns aventureiros alcançaram, ainda no século XVI, a parte norte do atual Estado de Minas Gerais. Todavia, a carência de víveres, as doenças, os ataques do “gentio bárbaro” e muitas outras dificuldades às quais se viram confrontados fizeram com que não se demorassem nos sertões, e que nenhum núcleo estável de povoamento fosse estabelecido. O objetivo principal destas entradas tampouco pôde ser atingido. Percorreram-se enormes extensões de terra, itinerários foram estabelecidos, em algumas zonas coletaram-se amostras de “pedras coloridas” e indícios da existência de ouro, mas nada que se pudesse comparar aos extraordinários tesouros de que falavam as lendas.³⁴ No entanto, estes mitos tornavam-se cada vez mais tangíveis, visto que os roteiros os situavam – mesmo que de modo ainda impreciso – em regiões já palmilhadas pelos brancos e, consequentemente, menos misteriosas.

Como se sabe, em fins do século XVI, a Vila de São Paulo do Piratininga – primeira municipalidade instituída no interior da colônia (1558), sobre um planalto situado além da Serra do Mar – já havia se tornado o principal centro de organização de expedições terra adentro, as *bandeiras*. O núcleo era uma verdadeira porta de acesso ao sertão, onde os paulistas – mestiços, em sua maioria – embrenhavam-se com frequência em busca de índios, que utilizavam como mão de obra escrava em suas propriedades agrícolas.³⁵

Até então, a “guerra justa” servira como justificativa para as ações dos paulistas, que foram catastróficas para os indígenas.³⁶ A partir do final do século XVI, os bandeirantes passaram a dispor de um recurso ainda melhor para esconder os interesses escravagistas que os conduziam ao sertão: a busca de minerais preciosos. De fato, ainda que alguns colonos tenham sido efetivamente seduzidos por essa ideia, a maior parte deles engajava-se nas bandeiras

apenas para conseguir escravos, já que estes representavam uma fonte de riqueza muito mais segura.³⁷

Nesta época, uma bandeira foi organizada em São Paulo sob os auspícios de Dom Francisco de Sousa, governador do Brasil. Vinte e cinco colonos, acompanhados por seus respectivos índios, entraram no vale do Paraíba e, após atravessar a serra da Mantiqueira, encontraram jazidas de pedras semipreciosas a cerca de setenta léguas do seu ponto de partida, na parte setentrional do atual Estado de Minas Gerais.³⁸ Alguns dos membros da expedição, acreditando terem descoberto as míticas minas, seguiram viagem até Salvador, a fim de apresentar as amostras de pedras coloridas ao governador; outros sertanistas voltaram para São Paulo, satisfeitos com os números de índios capturados no vale do Paraíba.³⁹ Com o pretexto de procurar metais e pedras para a coroa de Sua Majestade, estes colonos organizaram inúmeras outras incursões no sertão, de onde retornaram, o mais das vezes, sem qualquer riqueza mineral, mas com novos escravos indígenas.⁴⁰ Com efeito, até o fim do século XVII, os paulistas haviam encontrado poucas jazidas de ouro – nas proximidades de São Paulo e no Sul da colônia –, e o rendimento delas não lhes havia parecido compensador.⁴¹

No início deste mesmo século, as bandeiras organizadas em São Paulo tiveram como alvo principal áreas de grande concentração de índios: as aldeias dos Guaranis e as missões jesuítas do Sul – principalmente as que se situavam no Guairá, zona limítrofe com a América espanhola.⁴² Contudo, por volta de 1640, os jesuítas já haviam adquirido um considerável poder político e militar de contraofensiva, obrigando os paulistas a tomar novas direções. Uma vez que a maior parte deles não dispunha de meios para engajar-se em empreendimentos longos e arriscados, a amplitude geográfica das bandeiras tornou-se mais restrita.

Nesta época, São Paulo já não era mais o único ponto de partida e chegada das expedições: nas trilhas abertas que conduziam às regiões ainda propícias à captura de indígenas, surgiram vários povoados, alguns dos quais foram rapidamente elevados à condição de vila. Jundiá (1655), Itu (1657) e Sorocaba (1661) serviram de base para incursões a zonas hoje pertencentes aos estados de Goiás e Mato Grosso;⁴³ no vale do Paraíba, as vilas de Taubaté (1645) e Guaratinguetá (1657) foram os núcleos de onde

partiram várias bandeiras para os sertões meridionais da futura Minas Gerais. Segundo John Monteiro, na primeira metade do século XVII, estas terras ainda abrigavam um número expressivo de indivíduos de sociedades Tupi, as preferidas dos paulistas.⁴⁴

Conquanto rústicas, São Paulo e estas outras vilas “cabeças de ponte”⁴⁵ eram lugares onde a existência ainda guardava alguma semelhança com o modo de vida europeu. Quando longe delas, os colonos eram frequentemente obrigados a adotar vários hábitos indígenas, além dos que já faziam parte do seu *modus vivendi* mestiço. Não só dormiam ao relento – no chão ou em redes – mas, segundo uma narrativa anônima do fim do século XVII, estes homens eram “capazes de penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus”.⁴⁶

Todavia, um pouco de previdência era por vezes necessário ao sucesso do empreendimento. Antes de iniciar as viagens mais longas, os paulistas enviavam alguns índios à frente da comitiva, os quais, em lugares estratégicos, cultivavam os víveres que seriam consumidos, meses depois, pelos membros da expedição.⁴⁷ Algumas destas pequenas unidades agrícolas tornaram-se, posteriormente, *arraiais*. Tais frentes pioneiras revelam-se bastante úteis, quando, por volta de 1670, a crise fiscal e financeira da metrópole levou novamente a Coroa portuguesa a incentivar as pesquisas minerais, prometendo títulos honoríficos aos particulares que, por sua conta e risco, organizassem bandeiras. Ademais, a fim de estimular os seus súditos a lançarem-se nestas empreitadas, já no início do século XVII, o rei havia promulgado leis que determinavam que os descobridores de minas recebessem honras e privilégios, e só pagariam o quinto sobre o ouro extraído.⁴⁸

A maior parte destas expedições tem pouca relevância para as questões abordadas neste estudo, pois não deixaram marcas duráveis sobre o solo que percorreram. Cabe, então, lembrar apenas a grande bandeira de Fernão Dias Pais. A comitiva partiu de São Paulo em 1674 e permaneceu nos sertões de Minas até depois da morte do célebre comandante, em 1681. Dentre os vários núcleos de povoamento fundados por membros desta bandeira, alguns se situavam no vale do rio das Velhas, ao pé de serras e montanhas que, mais tarde, revelaram-se auríferas.⁴⁹

No entanto, as grandes descobertas que provocaram a “corrida do ouro” para Minas Gerais só foram ocorrer alguns anos mais tarde, na bacia do rio Doce.

No final do século XVII, os paulistas que partiam em busca das minas organizavam-se em grupos mais reduzidos do que as expedições de apresamento; viajavam com menos armas, mas munidos de ferramentas apropriadas ao trabalho nas minas.⁵⁰ É importante assinalar que, se Fernão Dias e seus contemporâneos buscaram ativamente o Sabarabuçu e as minas de esmeraldas, tampouco deixaram de lado a caça ao índio. Como indicou John Monteiro, o elevado número de “negros da terra” enviados a São Paulo pelos bandeirantes a partir de 1660 é um dos elementos que explicam o número reduzido de índios nas primeiras zonas auríferas de Minas Gerais: os que ainda não haviam sido capturados foram vítimas de doenças contagiosas ou, ainda, refugiaram-se em sertões ainda desconhecidos dos brancos. De fato, os índios “Cá-ata-guá” que habitavam o vale do rio Grande – ao sul do atual Estado, uma das primeiras regiões de Minas a serem percorridas pelos paulistas – já haviam praticamente desaparecido bem antes do povoamento efetivo da região pelos brancos.⁵¹ O topônimo “sertão dos Cataguases” constitui o único vestígio de sua presença que se manteve vivo após a chegada dos colonos, tendo sido utilizado durante a primeira década do século XVIII para designar as vastas extensões de terras (em grande parte auríferas) situadas ao norte da serra da Mantiqueira.⁵²

Por conseguinte, é provável que, no começo do século XVIII, já fosse muito pouco expressivo o número de autóctones capturados nessa região e levados para São Paulo.⁵³ Doravante, este fluxo iria tomar o caminho inverso: após a descoberta do ouro, vários pequenos proprietários de escravos partiram de São Paulo com seus índios para tentar a sorte nas minas.⁵⁴ Contudo, a dureza da atividade exigia mão de obra numerosa e continuamente renovada. Os escravos africanos foram, então, introduzidos em grande número na região mineira, por duas razões. Por um lado, o trabalho nas minas acabou afastando os paulistas das atividades de apresamento, essenciais para a reprodução da escravidão indígena. Por outro, o tráfico negreiro era extremamente lucrativo para os negociantes da metrópole – assim como para Coroa, que tributava essa atividade –, ao passo que a caça e o comércio

de indígenas não passava de um negócio interno, restrito aos colonos.⁵⁵ Os estudos de demografia histórica que analisaram a composição dos plantéis de escravos na região mineradora demonstram que a porcentagem de índios já era bastante reduzida nas primeiras décadas do século XVIII.⁵⁶

O destino dos “Cataguases” foi semelhante ao de outros grupos indígenas que habitavam as terras mineiras, tendo sido exterminados ou rechaçados para a periferia das zonas ocupadas pelos brancos. Como se sabe, em decorrência do avanço contínuo das descobertas auríferas e da necessidade crescente de terras cultiváveis, os autóctones remanescentes foram sendo eliminados ou desalojados por novos fluxos de aventureiros e colonos, num ciclo que se reproduziu até a primeira metade do século XIX. Nesta época, a última verdadeira fronteira indígena de Minas Gerais foi definitivamente conquistada: os “sertões do leste”, região de mata fechada do vale do rio Doce e habitada pelos “temíveis botocudos” – os mais aguerridos oponentes do empreendimento colonizador.⁵⁷

A FUNDAÇÃO E A DENOMINAÇÃO DOS NÚCLEOS MINERADORES

As povoações fundadas em Minas Gerais pelos primeiros colonos brancos eram designadas, principalmente, pelas palavras “arraial” e “rancho”. Estes termos, que em Portugal designavam originalmente acampamentos militares, adquiriram na colônia outras conotações.

Segundo o dicionário de Raphaël Bluteau, o termo arraial significava “o alojamento de um exército na campanha”, sendo um sinônimo de “real”.⁵⁸ Já a palavra de origem castelhana “rancho” tinha acepções mais variadas. Ela podia significar uma reunião de soldados ou marinheiros “feita em algum lugar particular de um Real [arraial] ou do navio”, mas também grupos humanos mais genéricos: “união de algumas pessoas que tratam com familiaridade uns aos outros e que em algumas cousas particulares têm os mesmos interesses e os mesmos intentos”. Mais adiante, Bluteau observa que “rancho é palavra castelhana, mas quer dizer pousada”.⁵⁹ De fato, na colônia, a palavra podia designar uma espécie de galpão rústico – um simples telhado

apoiado em pilares de madeira – que servia para abrigar, durante as paradas, as mercadorias dos viajantes (Figura 1.3). De maneira mais abrangente, a palavra referia-se, também, a um “pouso”, um ponto de parada – significado que os colonos da América também atribuíam à palavra arraial.

Como foi mencionado, no final do século XVII, o termo arraial designava os pousos e roças que os bandeirantes criavam ao longo das trilhas para assegurar a sua sobrevivência. Após a descoberta das minas, estas trilhas transformaram-se em caminhos – mais ou menos praticáveis, dependendo das características dos terrenos – pelos quais transitava um grande número de viajantes e tropeiros. Alguns pousos existentes ao longo destas vias tornaram-se pontos de encontro de agricultores e comerciantes, e em torno destes locais surgiram povoados que também eram chamados arrais.

No século XVIII, quando o foco das bandeiras já não era mais o índio, e sim o ouro, o termo “arraial” tornou-se cada vez mais associado aos povoados das zonas mineradoras da colônia: Minas Gerais, mas também Goiás e Mato Grosso. Este fato foi destacado por Auguste de Saint-Hilaire no início do século XIX:

Deve-se notar que na Província de Santa Catarina não se usa o termo arraial para designar seus povoados, como em Minas, e sim o termo freguesia, paróquia. A palavra arraial, no sentido estrito, significa um lugar de acampamento e, de fato, os primeiros mineradores só faziam acampar; porém, a grande quantidade de ouro que encontraram em certas regiões fez com que eles ali se fixassem, e a palavra arraial foi assim, pouco a pouco, perdendo sua significação primitiva. Nada de semelhante ocorreu em Santa Catarina, onde não havia minas a explorar.⁶⁰

Saint-Hilaire refere-se aqui a um aspecto importante: o termo “arraial” pode designar tanto acampamentos precários quanto núcleos mineradores já consolidados. Como é sabido, no início da ocupação das minas, muitos destes estabelecimentos de mineiros foram efêmeros – sua longevidade dependendo, em grande medida, da natureza das jazidas e dos métodos empregados na extração do ouro. Os aventureiros começavam pelos depósitos aluvionários dos leitos e tabuleiros dos rios, cuja exploração era mais fácil e rápida, ao contrário dos filões de montanha, que exigiam técnicas mais desenvolvidas e um trabalho mais longo e penoso. Estas “catas” nos rios esgotavam-se rapidamente, fosse

em razão do grande número de mineradores, fosse devido “aos modos desastrosos utilizados para sua exploração, aleatórios e desordenados” – como notara, um século mais tarde, o engenheiro Paul Ferrand, antigo aluno da Escola Superior de Minas de Paris.⁶¹ Mas o caráter efêmero da maior parte dos arraiais também pode ser explicado pelo fato de que os primeiros mineradores não hesitavam em abandonar “serviços de minerar” ainda produtivos para se instalar junto a córregos e ribeiros que lhes pareciam mais promissores.⁶²

As primeiras grandes jazidas de ouro de Minas Gerais não foram encontradas por bandeirantes oficialmente designados pelo rei – como Fernão Dias –, mas por diversas pequenas expedições informais, oriundas sobretudo da vila de Taubaté.⁶³ Foi a partir de 1693, aproximadamente, que os “descobertos” multiplicaram-se pelos afluentes da bacia do rio Doce – os mais espetaculares tendo sido os do vale do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e, não longe dali, da serra do Ouro Preto – verdadeiros Eldorados que atraíram um enorme fluxo de aventureiros⁶⁴ (Figura 1.4). Entre muitos outros arraiais, surgiram ali dois povoados que, em 1711, transformaram-se nas duas primeiras vilas mineiras: Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana).

Apesar de se situarem em áreas contíguas, estes núcleos pioneiros ficavam às vezes bastante isolados uns dos outros, não havendo vias de comunicação entre eles. Desta forma, os habitantes de um arraial à beira-rio podiam perfeitamente ignorar, durante algum tempo, a existência de outro acampamento situado a pouca distância dali, a jusante; seus vizinhos, por outro lado, logo percebiam a presença de mineradores a montante, pois as águas chegavam-lhes turvas ou avermelhadas pelos trabalhos de mineração.⁶⁵

No vale do ribeirão do Carmo, as picadas ou caminhos entre os arraiais foram surgindo pouco a pouco, os pés descalços dos mineiros vencendo penosamente a tenacidade das matas de encosta. Segundo uma “informação” sobre as primeiras descobertas, escrita por volta de 1750, levava-se, inicialmente, quatro dias para ir do arraial do Carmo ao do Ouro Preto: “por causa dos grandes matos que impediam a certeza e a brevidade do caminho, sendo que depois a frequência dos viajantes o

puseram tão cômodo e breve que em menos de duas horas se vencem hoje as pequenas duas léguas que distam Vila Rica da Cidade Mariana [outrora Vila do Carmo]”.⁶⁶

Os ricos terrenos auríferos não se restringiam aos ribeiros e vales da bacia do rio Doce; eles recobriam regiões bem mais vastas do atual território mineiro. No entanto, rapidamente percebeu-se que as maiores concentrações do metal precioso estavam situadas nos flancos da serra do Espinhaço – a grande cadeia de montanhas que, seguindo a direção norte-sul forma o maciço central de Minas Gerais e constitui o divisor de águas das bacias dos rios Doce e Jequitinhonha, a leste, e do São Francisco, a oeste.

Foi principalmente em torno deste eixo que outros depósitos auríferos importantes foram descobertos durante os primeiros anos do século XVIII (Figura 1.4). Ao sul, destaquemos as minas situadas nas campinas próximas ao rio das Mortes, afluente do rio Grande.⁶⁷ Nos sertões áridos do norte (vale do Jequitinhonha), os bandeirantes descobriram, por volta de 1703, as minas do “Serro do Frio”,⁶⁸ onde, posteriormente, foram encontrados diamantes. Na mesma época, espalhou-se a notícia do descobrimento das “minas do Sabará”,⁶⁹ no vale do rio das Velhas (bacia do São Francisco).

Como foi assinalado por diversos autores, o povoamento de Minas Gerais fez-se de modo “centrífugo”.⁷⁰ A partir dos centros mineradores principais – Ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro –, a população espalhou-se pelas zonas circunvizinhas e criou centenas de arraiais, cada fundação funcionando como uma ponta de lança para novas explorações e ocupações. Os documentos datados dos primeiros anos do século XVIII distinguem, de fato, quatro regiões principais que concentravam um grande número de arraiais mineradores: as minas de Ouro Preto e, à pouca distância, as minas do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo; as minas do Rio das Mortes e as do Rio das Velhas. Ao cabo de poucos anos, estas denominações criadas pelos pioneiros seriam oficializadas: não mais designariam zonas de ocupação espontânea, com contornos fluidos, mas verdadeiros territórios – as comarcas e os concelhos.

Foi também logo no início do século XVIII que surgiu a designação oficial do conjunto da região mineira: as “Minas Gerais”. Seu significado está indicado em um relato contemporâneo, que trata da descoberta das minas do Rio das Mortes:

Uns encontrando a morte na agrestidão de tal caminho e outros na maleficência dos naturais, contudo, não se escusavam do convite que lhes faziam as minas de novo descobertas no mesmo sertão dos Cataguases, nome que nos primeiros anos tiveram, chamadas Minas Gerais pela extensão das que depois lhes foram descobrindo, a que também pelo tempo adiante se lhes foi acomodando o nome do sítio do seu descobrimento.⁷¹

No começo do século XIX, Auguste de Saint-Hilaire fez observações similares a respeito do topônimo: “Grupos de paulistas deixaram sua pátria em busca do ouro e como este era encontrado, por assim dizer, em toda parte, deu-se à região o nome de *Minas Geraes*, que designa uma longa sequência de minas.”⁷²

De fato, o adjetivo “gerais” não significa aqui “comuns”, ou “genéricas”, mas remete para a ideia de “contínuas” ou “contíguas”. Inicialmente designadas por “sertão dos Cataguases”, as extensas campinas do rio Grande foram, em seguida, referidas pela expressão “campos gerais dos Cataguases”.⁷³ O adjetivo aparece, com o mesmo sentido, em outras denominações de caráter descritivo, como “campos gerais” ou “matos gerais”, que se referem a outras regiões mineiras. Estes exemplos demonstram que o termo “gerais” remete à imagem de uma vasta extensão de terreno que possui uma certa uniformidade, no que diz respeito à vegetação ou à formação geológica.

De acordo com o historiador Waldemar de A. Barbosa, as primeiras ocorrências da expressão “minas gerais” não estão nos documentos e na correspondência oficial, mas em descrições, relatos, petições e outros textos redigidos pelos habitantes das zonas auríferas. O topônimo aparece sob formas diversas – “minas gerais dos Cataguás”, “minas gerais do ouro”, “distrito das minas gerais” – sendo escrito em minúsculas até cerca de 1706, quando surge a grafia “Minas” ou “Minas Gerais”. Quanto à correspondência oriunda de autoridades coloniais e metropolitanas, esta última designação só será adotada definitivamente a partir de 1721, após a criação da capitania de Minas Gerais, separada de São Paulo.⁷⁴

O nome passaria, então, a designar não apenas a região dos primeiros descobrimentos, mas também algumas zonas periféricas: as que já se encontravam mais ou menos colonizadas graças a

outras atividades, como uma grande parte do vale do São Francisco – é o que veremos a seguir – mas também os arredores das zonas mineradoras, terras ainda “virgens”. Estas terras foram sendo ocupadas paulatinamente, em detrimento das populações indígenas, e graças, sobretudo, à descoberta de novas jazidas ao norte, sul e oeste das primeiras explorações (Figura 1.4). Entre estas diferentes zonas de povoamento, podiam existir grandes espaços vazios, que eram chamados “sertões”.

O avanço das descobertas dissipou progressivamente a aura de mistério que envolvia o “sertão dos Cataguases”. No entanto, as partes mais distantes, inacessíveis e inospitais de Minas Gerais encerraram mitos de riqueza durante muito tempo.⁷⁵ Note-se, em primeiro lugar, que a abundância do precioso metal não ofuscou a miragem das “pedras verdes”. Durante todo o século XVIII, e mesmo no início do século seguinte, os paulistas continuaram a organizar expedições em busca dessas riquezas;⁷⁶ a designação “serra das Esmeraldas” aparece, inclusive, no mapa da capitania de Minas Gerais de José Joaquim da Rocha, elaborado nas últimas décadas do Setecentos. O mito de Vapabuçu parece ter tido uma vida ainda mais longa: segundo o viajante Tschudi, na segunda metade do século XIX, havia em Minas homens “extremamente cultos” que ainda acreditavam na existência de uma lagoa dou-rada, que estaria situada nas florestas ainda pouco exploradas dos vales do Mucuri e Belmonte.⁷⁷ Da mesma forma, as lendárias minas de ouro dos sertões de Cuieté e da Casa da Casca, que mal puderam ser divisadas pelos primeiros bandeirantes, ficaram guardadas a sete chaves pelos “gentios bárbaros” das matas do rio Doce até as últimas décadas do século, quando a conquista desta zona periférica tornou-se uma prioridade para os governadores de Minas Gerais.⁷⁸

Além dos paulistas, outros aventureiros se lançaram na exploração dos sertões mineiros, alimentando um sonho que acabou por se tornar realidade: encontrar jazidas tão extensas e ricas quanto as do ribeirão do Carmo, descobertas no final do século XVII. De fato, as campinas dos “sertões do oeste” também guardavam seus tesouros, e nas décadas de 1730-1740, junto às nascentes do São Francisco e ao longo da sua margem esquerda, foram descobertos grandes depósitos auríferos, nomeadamente nos ribeirões Paracatu e Tamanduá. Todavia, antes que os mine-radores e os fazendeiros pudessem se apropriar verdadeiramente

daquelas terras, foi preciso livrá-las de populações indesejáveis: os índios Caiapós e os quilombolas.

Ao mesmo tempo Eldorado e *locus* da “barbárie”, os sertões mineiros constituíam, portanto, uma reserva de tesouros e de terras cultiváveis para os colonos, assim como espaços de refúgio para índios, escravos e “vadios”.⁷⁹ Ao longo do século XVIII, estes sertões foram perdendo sua ubiquidade para se tornarem espaços residuais, que ora fascinavam, ora repeliam os brancos, mas que, em todos os casos, impunham sua presença, condicionando a formação do território.

AGRICULTORES, CRIADORES, COMERCIANTES E SEUS ARRAIAIS

Os movimentos populacionais ligados à procura e à exploração do ouro não foram os únicos responsáveis pelo povoamento do território que, em 1721, passou à jurisdição do governador da capitania de Minas Gerais. Pelo contrário, segundo os dados reunidos por Waldemar de Almeida Barbosa, os arraiais que tiveram como origem a mineração são minoritários em relação aos estabelecimentos que nasceram ligados às atividades agropecuárias.⁸⁰ A maior parte das pequenas monografias de localidades realizadas pelo autor do *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais* trazem indicações sobre seus fundadores ou primeiros habitantes, ou seja, se estes eram mineradores que obtiveram datas minerais, ou fazendeiros que se instalaram em terras de sesmaria. Estas informações foram inseridas numa base de dados e, em seguida, espacializadas nos mapas que ora apresentamos, e que mostram a distribuição espacial e cronológica dos arraiais (Figuras 1.5 a, b, c).

Não se deve esquecer, no entanto, que muitos povoados tiveram uma origem mista. Como já foi sublinhado por outros autores, foi somente nos primeiros anos da ocupação que a extração aurífera constituiu a única atividade praticada pelos mineiros e por seus escravos, nomeadamente na região do Ribeiro do Carmo e do Ouro Preto.⁸¹ Terríveis crises de abastecimento, ocorridas no final do século XVII e nos primeiros anos do século XVIII, provocaram o abandono dos arraiais. Segundo o célebre relato de Antonil, os alimentos nesta região eram tão pouco abundantes e

caros que houve “não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento”.⁸² Em 1698, o governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes informava que “chegou a necessidade a tal extremo que se aproveitaram dos mais imundos animais, e faltando-lhes estes para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos com seus escravos, a sustentarem-se das frutas agrestes que neles achavam”.⁸³

A fim de solucionar o problema, naquele mesmo ano o governador daria ordens expressas aos habitantes para que cultivassem víveres nas proximidades das minas, e, por volta de 1702, já era comum que a extração aurífera aparecesse associada, em uma mesma propriedade, à agricultura.⁸⁴ Em certas regiões, como no termo de Mariana entre os anos de 1750 e 1770, apenas 10% das unidades de produção eram ligadas exclusivamente à mineração.⁸⁵ Portanto, nos primeiros anos do século XVIII, existiam já fazendas nas proximidades das explorações mineiras – em lugares onde o solo era cultivável –, mas também ao longo dos caminhos que interligavam os diversos centros mineradores, e principalmente daqueles que conduziam ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Bahia.

Os fazendeiros instalados nestes pontos estratégicos muitas vezes se convertiam também em vendeiros e estalajadeiros, criando pousos para os viajantes e para os tropeiros que faziam o abastecimento das Minas. De fato, “comércio e povoamento formaram, na história mineira, um binômio complementar. Foi através destes dois processos que surgiu a malha de relações sociais, econômicas e políticas que contribuíram para dar origem a Minas Gerais.”⁸⁶ Nas décadas de 1720 e 1730, as rotas comerciais terrestres e fluviais (pelo rio São Francisco) se intensificaram,⁸⁷ passando a interligar as diferentes regiões econômicas da colônia.

Em torno destes pontos de comércio formaram-se muitos arraiais. Em 1749, quando de sua viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica, o ouvidor português Caetano da Costa Matoso fez uso de vários destes estabelecimentos. Segundo as descrições do seu diário, eles compunham-se de um espaço coberto para abrigar as mercadorias dos viajantes, de uma capela rústica e de um punhado de habitações modestas (palhoças, choupanas), feitas de madeira e de barro, e quase sempre cobertas de folhas e ramagens; algumas vezes, notava-se ainda a presença de um engenho de cana ou de um moinho para milho ou mandioca.⁸⁸

É interessante observar que o ouvidor hesita quanto à maneira de designar estas aglomerações embrionárias. Ainda pouco familiarizado com o léxico local – e visto que, em Portugal, arraial referia-se então apenas aos acampamentos militares –, ele recorre a diversos termos e expressões distintas: “uma povoação ou rancho de choupanas”; “um sítio ou aldeia”, “uma pequena aldeia ou rancho de duas ou três casas”. Ora, se a escolha da palavra rancho parece apropriada – pois, como vimos, podia designar um local de parada ou um pequeno agrupamento humano – o termo aldeia era inadequado ao contexto local: lembremo-nos que, na colônia, aldeia não significava, como em Portugal, uma “habitação de camponeses”,⁸⁹ ou um vilarejo banal, mas uma aglomeração de índios. Ou seja, algo que, em princípio, não pode ser considerado como um “embrião urbano” – ao contrário dos arraiais e de alguns “aldeamentos”, como observou o geógrafo Aroldo de Azevedo.⁹⁰

Além da mineração, outras atividades foram, portanto, decisivas para o povoamento das Minas Gerais. Ao lado do bandeirante e do mineiro, do roceiro e do comerciante, havia ainda o boiadeiro que, desde o século XVI, abria trilhas e estabelecia currais nos vales dos rios São Francisco, Pardo, Jequitinhonha e seus afluentes. No século seguinte, muitas zonas de criação de bovinos e muares desenvolveram-se nos sertões setentrionais e meridionais da colônia. Como se sabe, esta atividade teve um papel primordial na expansão do “território econômico” da América portuguesa e no estabelecimento de relações entre as diversas regiões. No início do século XVIII, Minas Gerais torna-se o principal mercado para os produtos pecuários oriundos do norte e do sul do continente: “a confluência de todos estes rebanhos para o mercado mineiro realiza a junção das três principais bacias fluviais da América do Sul – dos rios Uruguai, São Francisco e Amazonas – configurando as dimensões atuais do espaço brasileiro”.⁹¹

Especialmente no caso do vale do São Francisco, a colonização dos sertões deu-se através da concessão, pelo rei de Portugal, de grandes sesmarias aos colonos que se dispunham a afrontar as populações indígenas, a fim de tomar posse efetiva do território. Esta política permitiu a concentração de enormes extensões de terras ribeirinhas ao São Francisco nas mãos de poucos privilegiados. Um dos casos extremos diz respeito à família do mestre

de campo Antônio Guedes de Brito: em 1663, o vice-rei Dom Vasco de Mascarenhas concedeu-lhe uma sesmaria na margem direita do rio, cuja testada media aproximadamente 1.080 km (180 léguas portuguesas), indo do Morro do Chapéu, na Bahia, até a confluência do São Francisco com o rio das Velhas, no atual território de Minas Gerais.⁹²

Na mesma época, as autoridades da Bahia procuravam tirar proveito da experiência dos paulistas no combate aos “gentios selvagens”, contratando sertanistas para defender os colonos dos ataques indígenas que se intensificavam, devido à expansão da pecuária nos sertões da região Nordeste da colônia. Os paulistas partiam seduzidos pela perspectiva de trazer consigo os índios capturados, bem como pelas promessas de títulos honoríficos, dinheiros e terras. Desta forma, ao lado de numerosos colonos vindos das capitanias da Bahia e de Pernambuco, o vale do São Francisco foi também ocupado por sertanistas que não voltaram para São Paulo.⁹³ Este foi o caso, por exemplo, do mestre de campo Matias Cardoso. Por volta de 1664, ele fundava o arraial de Morrinhos, que funcionou como uma sentinela, um posto avançado no combate aos autóctones. Esta guerra durou sete anos, ao fim dos quais Matias Cardoso e seus companheiros estabelecem-se na região como proprietários de fazendas de criação.⁹⁴

Um traço significativo de tais práticas encontra-se na inscrição que vemos num esboço de mapa manuscrito (e, até onde pudemos apurar, inédito), que representa uma parte da margem direita do rio São Francisco, por volta de 1720-1730:

Aqui se recolheram o resto de Araraos e Taboyaras que moravam no rio das Velhas e sobre o rio Paraipeba; são esses Gentios que infestam todas estas fazendas de gado desta Banda do Rio de São Francisco e todos anos matam gente e principalmente depois do Descobrimento das Minas que os paulistas não sertanejam.⁹⁵

De fato, após a descoberta das minas, os aventureiros paulistas se dedicam cada vez menos à captura dos índios, preferindo investir na busca de novas jazidas e na exploração daquelas já descobertas, ou então dedicarem-se a trabalhos complementares à extração do ouro: a agricultura e a pecuária. No entanto, muitas vezes, a ação dos mercenários devia preceder o estabelecimento destas atividades. No início do século XVIII, o aventureiro português Manuel Pires Maciel – condenado pela Justiça das vilas

do Nordeste, e que já havia vivido entre os índios da região – foi encarregado pelos fazendeiros locais de suprimir algumas aldeias Caiapós que retardavam a colonização. Cumprida a tarefa, Maciel funda, na margem esquerda do rio São Francisco (próximo ao afluente Urucuia), o arraial de Santo Antônio do Manga (ou São Romão) e, em seguida, o arraial de Amparo ou Brejo do Salgado (a atual Januária).⁹⁶ Em pouco tempo, estes povoados tornam-se polos importantes de trocas comerciais com a Bahia, por via fluvial: em 1736, Brejo do Salgado já possuía “seis moinhos, muitas plantações (...), muitas vendas e um comércio digno de nota”.⁹⁷

A ocupação do vale do São Francisco por parte de fazendeiros se fez, então, concomitantemente ao povoamento da região central de Minas Gerais levado a cabo pelos mineradores e agricultores. Ademais, note-se que estas duas zonas não eram estanques; ao contrário, elas estiveram continuamente interligadas graças aos fluxos de população, à circulação do ouro e ao comércio de diversas mercadorias. Além disso, como se sabe, as respectivas forças locais interagiam: apesar das grandes distâncias que os separavam – ou justamente por causa delas –, os potentados do sertão não poucas vezes se opuseram às autoridades estabelecidas no centro da capitania.

Observe-se, ainda, que ambas as regiões apresentam tipos de ocupação bastante distintos ao longo de todo o período abarcado por este estudo. A reconstituição de um mapa da segunda metade do século XVIII (Figura 1.6) demonstra que o povoamento disperso predomina no sertão do São Francisco.⁹⁸ O tamanho das propriedades, dedicadas à criação extensiva, é ali considerável: no início do século XIX, o francês Saint-Hilaire salienta que nesta região as menores propriedades atingem uma légua em quadra (aproximadamente 43 km²),⁹⁹ a maior parte das sesmarias concedidas nessa zona medindo três léguas em quadra (por volta de 390 km²).¹⁰⁰ Os arraiais são ali em número restrito (sobretudo ao norte da confluência do rio das Velhas), e bastante separados uns dos outros – oito, dez, por vezes, vinte léguas de distância – ou, ainda, situam-se em margens opostas do rio.

Nas zonas auríferas, ao contrário, prevaleceu o povoamento concentrado. Os numerosos arraiais mineradores e agrícolas encontravam-se bastante próximos uns dos outros – para não

dizer contíguos, visto que a distância que os separava por vezes chegava a ser inferior a uma légua. As propriedades agrícolas também se apresentam mais concentradas, já que uma lei de 1731 sobre as terras “nas quais existem minas e nos caminhos que a elas conduzem” determinava que o tamanho das sesmarias deveria ser bem menor do que o das sesmarias no sertão.¹⁰¹

Veremos, nos capítulos seguintes, em que medida esses diferentes tipos e densidades de ocupação condicionam a instituição de centros de poder civil e eclesiástico e a organização territorial. Mas notemos, desde já, que foram os arraiais mineradores – ou seja, os estabelecimentos diretamente ligados à exploração de minas – que, principalmente por concentrarem um número considerável de habitantes, abrigaram as primeiras sedes paroquiais e, a partir de 1711, as primeiras vilas mineiras.

DO SERTÃO AO TERRITÓRIO: O LÉXICO DA OCUPAÇÃO

Vimos que, ao final do século XVII, as imensas extensões de terra ao norte do rio Grande (afluente do Paraná), onde os bandeirantes descobriram as primeiras jazidas de ouro, eram designadas por um único nome: sertão dos Cataguases. Porém, à medida que ela é explorada e colonizada, essa superfície lisa e homogênea ganha “asperezas” e contornos mais distintos, passando a abrigar marcos espaciais com denominações próprias, e subdividindo-se em partes cada vez menores e mais claramente delimitadas.

O léxico utilizado em diversos tipos de documentos (petições de habitantes, correspondência oficial das autoridades da capitania, cartas geográficas) constitui uma boa indicação da intensidade da ocupação e da colonização levadas a cabo em cada região de Minas Gerais, em diferentes épocas. Estes termos referem-se a escalas diversas e a dimensões complementares do espaço, que poderíamos associar à célebre tríade de Henri Lefebvre: “espaço concebido” (elaborado pelas autoridades e pelos homens de ciência), “espaço percebido” (resultante dos percursos e deslocamentos cotidianos) e “espaço vivido” (imagens e símbolos espaciais veiculados pelos habitantes, mas também por artistas, viajantes etc.).¹⁰² Com efeito, o léxico territorial mineiro remete, por um lado, às divisões oficiais do espaço mineiro e, por outro, às práticas dos habitantes, que possuíam sua própria maneira

de viver e de representar as diferentes territorialidades a que pertenciam, as quais nem sempre correspondiam aos recortes definidos pelas autoridades civis e eclesiásticas.

A cada vez que uma parte do sertão começava a ser colonizada, reiniciava-se o mesmo processo. Em primeiro lugar, os pioneiros nomeavam os elementos naturais mais marcantes: os rios, ribeiros, ribeirão, córregos, serras, morros, rochedos, campos e matos. Tais elementos frequentemente recebiam denominações descritivas, de origem indígena, como em *Itaverava* – “o rochedo que brilha” – ou *Aiuuruoca* – “ninho dos papagaios”.¹⁰³ Em outros casos, as toponímias eram traduzidas em português: Serro do Frio, originalmente *Ivituruí*, quer dizer “montanha fria”; rio das Velhas, *Guaicuí* para os índios, significa “rio das mulheres velhas”. Waldemar de Almeida Barbosa observa, porém, que a maior parte dos topônimos de origem indígena de Minas não foi criada pelos índios do lugar: a maioria vem do tupi, língua dos “gentios” do litoral e dos índios “domesticados” que participavam das bandeiras paulistas, ao lado dos mestiços e dos brancos. O nome Cataguases, por exemplo, era tupi (*cá-ata-guã*, “floresta espessa”) e servia para designar os índios que pertenciam ao grupo Tapuia, ocupantes do interior do Brasil.¹⁰⁴ Segundo Teodoro Sampaio, um dos raros vestígios de toponímia dos índios de Minas é o nome *Chopotó* (ou *Xopotó*), que significa “cipó amarelo” e designa, até hoje, um afluente do rio Doce, assim como seu vale.¹⁰⁵

Ao mesmo tempo que se nomeavam os acidentes geográficos, alguns dos lugares onde se descobria ouro tornavam-se arraiais estáveis e adquiriram denominações de caráter descritivo: por exemplo, Ouro Preto, Catas Altas e Tijuco (“terreno lamacento”) remetem à natureza das jazidas e às características destes terrenos auríferos. Outros lugares recebiam o nome do santo festejado no dia de sua descoberta (por exemplo, o ribeirão de Nossa Senhora do Carmo – onde foi fundado o arraial mineiro homônimo), ou então o nome de seu descobridor ou fundador (morro de Gaspar Soares, Ribeiro de Alberto Dias, arraial de Antônio Pereira).

Em seguida, estas toponímias, que remetiam a elementos naturais ou artificiais (como os povoados), eram associadas a palavras que estendiam tais designações às zonas adjacentes. Em uma primeira fase, este espaço circundante, ainda vazio (da ocupação dos brancos) e pouco conhecido, será chamado sertão – como o “sertão do rio Verde” ou o “sertão do rio do Tamanduá”.

O sertão, no princípio unidade homogênea, subdivide-se assim em vários sertões. Mais tarde, à medida que o povoamento avança, o termo é substituído por outras palavras que designam diferentes categorias e diferentes escalas do espaço ocupado e territorializado: “campanha”, “conquista”, “paragem”, “sítio”, “continente”, “distrito” etc.

SERTÃO, DESCOBERTO, CAMPANHA, CONQUISTA

Quando um pequeno agrupamento humano formava-se ao lado de um ribeiro aurífero, o lugar das explorações – assim como o “sertão” circunvizinho, pouco conhecido e explorado – era, com frequência, chamado de “descoberto” ou “descobrimento”. No “descoberto do Sapucaí”, no “descoberto do Paracatu”, ou no “descoberto do Tamanduá”, os nomes próprios referem-se aos rios onde foram encontrados os aluviões.

Em se tratando de um povoamento situado em campos (Figura 1.7), o termo “sertão” era algumas vezes substituído pela palavra “campanha” (do francês *campagne*, “vasta extensão de planície”),¹⁰⁶ como no caso da “campanha do rio Verde”, da “campanha do rio Sapucaí” ou “campanha do rio Capivari” – todas elas regiões contíguas aos afluentes da margem direita do rio Grande, ocupadas a partir de 1730.

O termo “campanha” remete, por vezes, ao “Campo Grande” (Figura 1.7), e, neste caso, as extensões de terra designadas pelo topônimo são mais vastas do que as das “campanhas” citadas: o Campo Grande corresponde a toda a região do oeste da capitania, indo das nascentes do rio São Francisco até Paracatu.¹⁰⁷ Se as duas palavras são intercambiáveis, é porque ambas podem ter uma conotação militar: com efeito, o Campo Grande foi, durante décadas, um verdadeiro campo de batalha entre colonos, índios caiapós e negros quilombolas.

Da mesma forma, o termo conquista é empregado sobretudo nos casos em que uma população preexistente (índios ou quilombolas) resistia ao avanço da colonização. Em alguns documentos, o Campo Grande é designado por uma expressão que associa diversos termos aparentados: “conquistas e campanhas do Campo Grande”.¹⁰⁸ Citemos também o exemplo da conquista do Cuieté, situada a leste da capitania, uma zona que, na realidade, teve

que ser conquistada e reconquistada muitas vezes. Como se lê em um mapa de 1767, os índios “chamados Imbarés”, ocupantes da margem direita do rio Doce, faziam “obstáculo ao estabelecimento do novo arraial do Cuieté em razão da sua braveza, e habitarem pelos matos circunvizinhos, donde saem impetuosamente e destemidos”.¹⁰⁹

Em outra carta topográfica e hidrográfica da capitania, é possível visualizar a extensão do espaço já ocupado e, em negativo, as diversas zonas ainda não colonizadas e “virgens”. A oeste, encontra-se o sertão do Campo Grande; mais ao norte, na margem esquerda do rio São Francisco e acima do ribeirão Urucuia, notam-se apenas umas poucas fazendas instaladas na sua margem. O resto, na percepção do colonizador, é o espaço da barbárie: um “sertão vadiado pelo gentio caiapó, que tem feito hostilidades aos viajantes”.¹¹⁰ No nordeste, o vale do rio Pardo é um “sertão inculto até o mar”, assim como a parte compreendida entre os rios Jequitinhonha e Doce, onde o cartógrafo só assinalou o nome dos ribeirões e as aldeias dos índios Maxacalis e Macunis, os quais eram “governados por uma regra criada pelo visconde de Barbacena”¹¹¹ – ou seja, tratava-se de um aldeamento, administrado por uma autoridade nomeada pelo governador da capitania. Ao sul do rio Doce, ao contrário, o sertão era dominado por uma nação ainda livre, os índios Puris, que habitavam as densas florestas do vale. Enfim, na parte meridional da capitania de Minas, havia o sertão da Mantiqueira: como se verá adiante, tratava-se então de uma zona de litígio com a capitania de São Paulo.

PARAGEM, SÍTIO, LUGAR, ARRAIAL

Outros termos remetiam a lugares ou regiões menos extensas que uma “conquista”, e que já contavam com um povoamento estável. É o caso de “paragem”, termo genérico que designa as terras situadas em torno de um marco geográfico – natural ou artificial – e que é bastante frequente nos pedidos de sesmarias. No título que Francisco José da Silva obtém em 1776, a propriedade é situada pela simples referência à “paragem das Três Pontas” – estas “três pontas” designando, no caso, uma serra e o rio que nela nasce, localizados no sul de Minas.¹¹²

As palavras “lugar”, “sítio” e “arraial” referem-se também a lugares ocupados de maneira estável, porém mais circunscritos. O termo lugar é, algumas vezes, empregado para designar uma povoação que não tem o título de vila e, neste caso, funciona como um sinônimo de arraial. Em outros casos, é empregado no sentido do termo francês *lieu-dit*,¹¹³ e equivale a “sítio”: trata-se de implantações, sobretudo em áreas rurais, nas quais a densidade demográfica é bem menor que nos lugares ou arraiais; seus nomes possuem sempre um caráter descritivo.

Nas zonas predominantemente agrícolas, os “sítios” não evoluíam para outras formas de ocupação: em 1750, nos sítios de Macaquinho, Mato Grosso e Cachoeira (no termo de Mariana) não se contam mais do que trinta habitantes.¹¹⁴ Por outro lado, perto das zonas mineradoras, os sítios muitas vezes adensavam-se, tornando-se arraiais. É o caso de Catas Altas – centro minerador que surge no início do século XVIII –, como se vê em um relato de meados do século, encomendado pela câmara de Mariana:

Pela ordem que recebi (...) para que, por meio de uma fiel e exata informação, lhes fizesse saber das antiguidades desta freguesia das Catas Altas, isto é, donde lhe veio o nome de Catas Altas, por quem foi descoberto e outras coisas mais, procurei pelos meios possíveis saber a certeza, sem embargo que ainda nessas poucas pessoas que se acham ainda nesse *país* e que são dos mais antigos, não deixa de haver variedade nos pareceres. Contudo, achei que o *sítio* que hoje é *arraial* fora descoberto em 1703 pelo capitão Manuel Dias, e a causa de se lhe pôr o nome de Catas Altas foi por se darem catas de tirar ouro mais altas do que até ali se tinha praticado (...) e juntamente ficou o dito nome apelido a toda a freguesia (...).¹¹⁵

PAÍS, CONTINENTE, DISTRITO

Os termos “país”, “continente” e “distrito” também serviam para designar as zonas em via de ocupação: porém, tratava-se, geralmente, de espaços mais vastos que as “paragens” ou “sítios”. Estas três palavras aparecem muitas vezes associadas numa mesma frase, como sinônimos do que designamos hoje, genericamente, por “zona” ou “região” (note-se que esta palavra não aparece em nenhum dos documentos consultados). Aliás, o historiador Waldemar de Almeida Barbosa foi o primeiro

a constatar a similitude do emprego dos termos “distrito” e “continente”; segundo o autor, tais expressões tinham “um sentido bastante vago”, designando “uma região povoada, ou que começava a se povoar, sem qualquer intuito de indicar subdivisão administrativa”.¹¹⁶

É verdade que muitos exemplos confirmam este caráter vago dos dois termos. Mencionamos anteriormente a expressão “distrito das minas gerais”, utilizada no início do século XVIII para designar o conjunto da região aurífera, ainda não reconhecida como capitania; vimos que a palavra também era utilizada para se referir a cada um dos polos mineradores: o distrito do rio das Velhas, distrito do rio das Mortes etc.

“Continente” aparece algumas vezes com o sentido que hoje lhe é atribuído: fala-se assim de “Continente Americano” para designar o espaço colonial português na América; a palavra “país” (ou *paiz*, na ortografia antiga) pode ser utilizada no mesmo sentido.¹¹⁷ Mas é preciso notar que a significação mais antiga de “continente” remete aos “arrabaldes” ou “vizinhanças”, ou seja, a um espaço contíguo ou justaposto a outro.¹¹⁸ Com efeito, encontramos tal acepção numa carta de sesmaria referente ao “continente do arraial de Paracatu”.¹¹⁹

Os termos “distrito” e “continente” aparecem algumas vezes justapostos, como em uma carta de 1737, dirigida ao governador de Minas Gerais:

E pela câmara de São João del Rei ter-lhe recomendado a fatura de uma relação topográfica do número dos Rios e Lugares, que se compreendem nos *distritos continentes* da Campanha, Sapucaí, Pouso Alto e Baependi, o que cumpriu de sorte que, entre as mais que outros fizeram, foi a sua a mais exata; compreendendo-se naqueles *distritos* muitas léguas e *sertões* em que se gastou muitos dias de viagem (...).¹²⁰

Como se vê, os termos “distrito”, “continente” e “país” podem estar associados a “sertão” para designar um local pouco conhecido e explorado. Em outros documentos, “continente”, “país” e “conquista” são empregados no mesmo sentido: é o caso da representação que a câmara de Vila Nova da Rainha do Caeté envia ao rei em 1779, pedindo que a nova conquista do Cuieté permaneça sob sua jurisdição:

(...) sendo o descobrimento do Cuieté feito por um habitante deste termo (...) agora se queria introduzir a Cidade de Mariana, e Comarca de Vila Rica na posse daquele *continente*, que tanto trabalho tem custado aos moradores daquele termo; pois não tendo havido outra entrada para aquele novo *país* mais que por Antonio Dias Abaixo, arraial do predito termo (...) depois de ter trabalhado, tanto em descobrir e conservar aquele *continente* a fim de ampliar os seus limites e os reais interesses de Vossa Majestade (...), e sustentado a mesma *conquista* à custa das vidas dos seus moradores nas invasões dos Bárbaros, que sempre lhes fizeram viva guerra (...).¹²¹

Por outro lado, certas ocorrências dos termos “continente” e “distrito” contradizem a afirmação de Barbosa, referida anteriormente. Na realidade, as duas palavras também podiam designar divisões administrativas, civis ou eclesiásticas – as freguesias, os termos das vilas, as comarcas, e mesmo a capitania em seu conjunto –, como veremos em numerosos exemplos nos capítulos seguintes. A palavra “distrito” podia ainda remeter a cada uma das zonas povoadas no interior dos territórios municipais (termos): os distritos de ordenanças, controlados pelas milícias locais e cujos comandantes eram nomeados pelas câmaras.

De fato, a definição da palavra “distrito” ou *destricto* (na ortografia antiga) proposta por Raphaël Bluteau confirma o caráter “oficial” e a aceção jurídica do termo no século XVIII:

Distrito ou Destricto. Deriva-se do verbo latino Destringere, apertar, porque Distrito denota Jurisdição, e não há poder de jurisdição, se não há aperto da liberdade. Os jurisconsultos lhe chamam Districtus; porém, segundo André Alciato, esta voz Districtus não se acha nas obras de nenhum antigo jurisconsulto. Sobre a dita palavra são os pareceres tão vários, que não é fácil acertar com o seu próprio e genuíno significado. Querem alguns que distrito se entenda *toda a jurisdição do território que foi acrescentado ao termo, ou aos primeiros limites de jurisdição de uma cidade*. Distrito, na opinião de alguns, é domínio do Senhor e é só dos seculares, na opinião de outros também chega ao Estado Clerical, posto que dos Clérigos seja a própria diocese. Distrito não só se diz da terra e da água, mas também do Céu e do Ar, e assim há jurisconsulto que chama destricto aos limites com que o Papa Alexandre VI decidiu a contenda dos Portugueses com os Castelhanos sobre a extensão das suas

conquistas, distinguindo com uma linha imaginária, ou mental, lançada de norte a sul cem léguas da altura das ilhas dos Açores, as conquistas da parte Ocidental para os Castelhanos e Oriental para os Portugueses.

Districto. *O espaço de lugar a que se estende qualquer jurisdição.*
O distrito dos bispos do Algarve.¹²²

Nas passagens assinaladas encontra-se uma observação importante: a palavra “distrito” designa “toda a jurisdição do território que foi acrescentado ao termo, ou aos primeiros limites de jurisdição de uma cidade”. Com efeito, em Minas Gerais os limites das divisões civis – concelhos e comarcas – e eclesiásticas – paróquias e bispados – normalmente não eram decididos e delimitados de modo definitivo quando de sua instituição pelas autoridades coloniais. A progressão do povoamento e a formação de uma constelação cada vez mais densa de arraiais em torno das povoações-sede (vilas, sedes de paróquias) levam a uma contínua ampliação dos limites de jurisdição das autoridades locais. Como veremos adiante, quando as distâncias entre as sedes e as comunidades periféricas tornam-se excessivas, surge a necessidade de criar novas circunscrições – paróquias, concelhos, comarcas.

Desta maneira, os sertões, estes espaços que os colonizadores consideravam como “desertos” e “virgens”, foram sendo progressivamente ocupados, nomeados e subdivididos em unidades territoriais de tamanho variável. Trata-se, portanto, de um processo concomitante de criação dos territórios e das palavras que os designam. Neste processo, os topônimos portugueses ou indígenas unem-se a termos genéricos, cuja definição, como vimos, nem sempre é simples e unívoca. De fato, tanto o caráter não hierarquizado de palavras como “distrito” e “continente” quanto a multiplicidade de escalas que elas abrangem são surpreendentes e até desestabilizadoras para o olhar do historiador. No entanto, deve-se notar que, para os contemporâneos, este vocabulário correspondia a realidades bem tangíveis. Se certos termos podem nos parecer vagos, é porque eles remetem a espaços em mutação – a territórios que estavam em vias de se constituir e cujos limites ainda não haviam sido estabelecidos de maneira clara e precisa.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 1, originalmente reunidas ao final da
primeira parte desse livro.**

pp. 235-243

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 1.1 – O mapa da “Capitania de Porto Seguro”, de João Teixeira Albernaz (“o Velho”), data da primeira metade do século XVII e mostra, acima do título, o alvo das expedições organizadas a partir do litoral do Nordeste da colônia: a serra das Esmeraldas, situada próximo ao lago Vapabuçu.

Fonte: reprodução extraída de ADONIAS. *Mapa*.

Figura 1.2 – Itinerários das principais expedições oficiais, que partiam do litoral do Nordeste (“entradas”, em pontilhado), e das expedições que saíam da região de São Paulo (“bandeiras”, em traço contínuo).

Fonte: HOLANDA. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil.

Figura 1.3 – Um rancho de Minas Gerais. Em torno desses pousos de viajantes, surgiram muitos arraiais.
Fonte: reprodução extraída de RUGENDAS. *O Brasil de Rugendas*.

Figura 1.4 – As primeiras zonas auríferas exploradas pelos colonos situavam-se ao longo da serra do Espinhaço.

Figura 1.5a – Origem dos arraisais. Situação no início do século XIX.

Fonte: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*.

Figura 1.5b – Épocas de fundação dos arraiais mineradores.

Fonte: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*.

Figura 1.5c – Épocas de fundação dos arraiais agrícolas.

Fonte: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*.

Figura 1.6 – Distribuição dos arraiais e fazendas no final do século XVIII.

Fonte: *Carta Topográfica e Hidrográfica da Capitania de Minas Geraes* (doc. BNRJ).

Figura 1.7 – Uma paisagem de “campos”, palavra que entra na composição de diversos topônimos de Minas Gerais.

Fonte: reprodução extraída de RUGENDAS *O Brasil de Rugendas*.

As notas a seguir correspondem ao Capítulo 1, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 588-595

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

- ³⁸ Blaise Pascal, *Pensées* (frag. n. 115) *apud* LEPETIT. Architecture, géographie, histoire, p. 118-138. A questão da escala de abordagem foi retomada no texto “De l’échelle en histoire” da sua obra póstuma. Ver: LEPETIT. *Carnet de croquis*.
- ³⁹ A palavra é aqui tomada nos dois sentidos, significando tanto a formação de núcleos de povoamento mais densos que as áreas rurais, e com atividade econômica significativa nos setores secundários e terciários, como o “conjunto de técnicas e de obras que permitem dotar uma cidade ou área de cidade de condições de infraestrutura, planejamento, organização administrativa e embelezamento conformes aos princípios do urbanismo” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*).
- ⁴⁰ REVEL. Micro-analyse et construction du social, p. 19, grifos nossos.
- ⁴¹ Neste trabalho, essas duas expressões foram consideradas homólogas, e utilizadas de maneira indistinta. Bernard Lepetit se referiu a “níveis de urbanização” ao conceber um método para avaliar “os diferentes graus de enraizamento do fenómeno urbano” das aglomerações francesas (LEPETIT. *Les villes dans la France moderne*, p. 33). Já Marie-Vic Ozouf-Marignier preferiu o termo “urbanidade”, definido como “o caráter urbano de alguma coisa” por considerar que esta acepção convinha a um estudo que se interessa pela noção de “cidade” na sua generalidade (OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 122). Lembremos, ainda, que para os geógrafos estes dois termos também são próximos: a “urbanização” não é apenas a “expansão e desenvolvimento da população urbana”, mas pode também significar a adoção de modos de vida e de consumo urbanos”; quanto à palavra “urbanidade”, ela designa, em primeiro lugar, o “caráter daquilo que é urbano” (BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie dictionnaire critique*, p. 498-499).
- ⁴² LEPETIT. Pouvoir municipal et urbanisme (1650-1750), p. 36.
- ⁴³ LEPETIT. Pouvoir municipal et urbanisme (1650-1750), p. 35.

PRIMEIRA PARTE

DO SERTÃO AO TERRITÓRIO

OCUPAÇÃO E POLÍTICAS DO ESPAÇO

NAS MINAS GERAIS

CAPÍTULO 1

DO SERTÃO DOS CATAGUASES ÀS MINAS GERAIS: AS MODALIDADES E O LÉXICO DA OCUPAÇÃO

- ¹ NORDMAN. De quelques catégories de la science géographique, p. 970.
- ² MACHADO. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*.
- ³ BLUTEAU. *Vocabulário portuguez e latino...*
- ⁴ SILVA. *Diccionario da lingua portuguesa*, t. II.
- ⁵ MACHADO. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*.

- ⁶ Um exemplo pode ser encontrado em: MONTEIRO. *Os negros da terra*, p. 82.
- ⁷ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, p. 299 (todas as citações de Saint-Hilaire foram traduzidas pela autora).
- ⁸ TRÉSOR de la langue française, verbete “sertão”.
- ⁹ Citado em: TRESOR de la langue française, verbete *désert*. Em fins do século XVII, além do aspecto humano ou demográfico da noção de “deserto”, a palavra remetia ainda a “uma extensão de terra estéril, que nada produz”, segundo: DAINVILLE. *Le langage des géographes*, p. 200-201.
- ¹⁰ LE GOFF. *Le désert-forêt dans l'occident médiéval*.
- ¹¹ BICALHO. *A cidade e o Império*, p. 250. O conceito de sertão foi discutido em outras publicações recentes: CARRARA. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*; DA MATA. *Chão de Deus*; RUSSELL-WOOD. *Fronteiras no Brasil colonial*, p. 8-20.
- ¹² Segundo o dicionário Larousse, o termo teria sido introduzido na França através da obra: DENIS; TAUNAY. *Le Brésil, ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce Royaume*.
- ¹³ GRAND dictionnaire universel du XIX^e siècle, verbete “sertão”, grifo e tradução da autora.
- ¹⁴ Pierre Monbeig, “Le Brésil”, p. 36, citado no verbete “sertão”, de: ROBERT. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*, v. 6, grifos e tradução da autora.
- ¹⁵ Como se sabe, a literatura brasileira do século XX – a começar com *Os sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902 – contribuiu muito para a associação da palavra “sertão” ao interior do Nordeste, marcado pela seca, pela fome e pelo banditismo rural.
- ¹⁶ DA MATA. *Chão de Deus*.
- ¹⁷ THÉRY. Prefácio.
- ¹⁸ O termo *binterland* foi “em sua origem um conceito colonial”, designando as zonas circunvizinhas de uma cidade ou de um porto, e podendo até mesmo estabelecer uma relação de oposição com toda a costa. Ver: NORDMAN. De quelques catégories de la science géographique.
- ¹⁹ VACHER. *Le Bush*, espace du mythe australien ou comment l'Australie rêve son territoire, p. 18-23.
- ²⁰ TURNER. The Significance of the Frontier in American History (ensaio publicado pela primeira vez em 1893 e, em seguida (1921), como capítulo liminar da obra *The Frontier in American History*. Tradução francesa: TURNER. *La frontière dans l'histoire des Etats-Unis* (prefácio de René Remond).
- ²¹ REMOND. Prefácio à obra de F. J. TURNER. *La frontière dans l'histoire des Etats-Unis*, p.17.
- ²² WOLFSKILL; PALMER. Introduction (tradução da autora).
- ²³ Ver: NORMANO. *Evolução econômica do Brasil*; RICARDO. *Marcha para Oeste*; MOOG. *Défricheurs et pionniers*.

- ²⁴ HOLANDA. *Caminhos e fronteiras*, p. 8-9. Sérgio Buarque de Holanda foi precedido por Capistrano de Abreu neste tipo de reflexão: no capítulo “O sertão” de sua obra *Capítulos de história colonial* (1907), este autor desenvolvera o tema da “interiorização da colonização”, inventariando os hábitos, modos de vida e práticas econômicas próprias a diversas regiões da colônia. Ver o verbete “fronteira” em: VAINFAS. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*.
- ²⁵ Ver, por exemplo: HENESSY. *The Frontier in Latin American History*, p. 11.
- ²⁶ É interessante notar que no Brasil, depois de Sérgio Buarque de Holanda, o tema da “fronteira” foi pouco trabalhado por historiadores, sendo com muito mais frequência objeto de pesquisa de geógrafos – e, notadamente, de pesquisadores franceses. Recentemente, ele parece ter sido recuperado; consultar, em especial, os trabalhos de Laura de Mello e Souza citados ao longo desta obra. Também nos Estados Unidos numerosos estudos sobre o tema foram publicados: ver, entre outros: METCALF. *Family and Frontier in Colonial Brazil*; LANGFUR. *Uncertain Refuge*, p. 215-256 (este artigo apresenta uma vasta bibliografia sobre a questão).
- ²⁷ WANIEZ. *Les cerrados*, p. 28.
- ²⁸ WANIEZ. *Les cerrados*, p. 29.
- ²⁹ Ver: THÉRY. *Les franges pionnières, un complexe géographique*, p. 81-82.
- ³⁰ Maria Leônia Chaves Resende demonstrou, num trabalho recente e magistral, que os “índios preados nas bandeiras, expulsos de suas terras ou desterrados de suas aldeias passaram a viver em diversas vilas e lugarejos de Minas”. Ver: RESENDE. *Gentios brasílicos*.
- ³¹ Lembremos, porém, que a exploração e o povoamento do litoral sul da colônia – principiado em 1531 com a expedição de Martim Afonso de Souza – não foram apenas resultado de preocupações defensivas: esta região já era conhecida por navegantes portugueses e castelhanos como a “costa do ouro e da prata”, pois de lá partiam os caminhos indígenas que conduziam à lendária Serra da Prata, no interior das terras – ou seja, às minas do Peru, conquistadas em 1534 por Pizarro e Almagro. Ver: HOLANDA. *As bandeiras na expansão geográfica do Brasil*, p. 289-290.
- ³² Ver: ADONIAS. *Mapa*; LATIF. *As Minas Gerais*, p. 38-40.
- ³³ Em narrativas como as de Pedro de Magalhães Gandavo, datada do século XVI, já se encontram referências a amostras de prata e de pedras verdes, trazidas pelos índios a Porto Seguro e que teriam sido extraídas de uma montanha ou “serra resplandecente” situada à proximidade de um grande lago. Este era conhecido pelo nome indígena de “Vapabuçu” (o “lago dourado”) nos itinerários estabelecidos pelas expedições, enquanto que a montanha era referida como “Itaberabuçu” (“pedra grande que brilha”), nome que teria sido alterado pelo uso dos brancos, dando origem à palavra “Sabarabuçu”. Sobre os mitos e a “geografia fantástica” do Brasil, consultar: HOLANDA. *Visão do paraíso*; VASCONCELLOS. *Bandeirismo*, p. 106.
- ³⁴ VASCONCELLOS. *Bandeirismo*, p. 292. Para uma descrição do itinerário destas expedições, ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, p. 47-68.

- ³⁵ Contrariamente ao que ocorria na região Nordeste da colônia, em São Paulo o número de escravos de origem africana foi quase insignificante até o século XVIII. Cabe lembrar, ainda, que as relações entre paulistas e índios eram bastante complexas: por um lado, a mestiçagem estabelecia laços especiais entre senhores e escravos; por outro, as populações indígenas submetidas pelos sertanistas eram muito diversas entre si, como mostra o estudo de: MONTEIRO. *Os negros da terra*.
- ³⁶ Prevista pela legislação portuguesa de 1570, a “guerra justa” consistia no direito de submeter, ou mesmo de exterminar “gentios bárbaros”, ou seja, índios “hostis” e refratários à colonização. Sobre este e outros aspectos da legislação portuguesa relativa aos indígenas, ver: PERRONE-MOISÉS. Índios livres e índios escravos, p. 115-132.
- ³⁷ MONTEIRO. *Os negros da terra*, p. 59-61.
- ³⁸ Segundo o já citado dicionário de Bluteau, uma légua equivalia, no mundo português, a três mil braças ou 6,6 km.
- ³⁹ MONTEIRO. *Os negros da terra*, p. 61.
- ⁴⁰ MONTEIRO. *Os negros da terra*, p. 85. Estas expedições eram compostas por grupos de pequenos proprietários de escravos, que queriam aumentar a produtividade de suas fazendas: para estes homens, o sertão poderia trazer “remédio” para a sua pobreza. De fato, fazendeiros com muitas dezenas ou centenas de escravos eram minoria em São Paulo.
- ⁴¹ HOLANDA. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil, p. 288-293.
- ⁴² Segundo algumas estimativas, até os anos de 1630, entre 30 e 60 mil índios foram capturados e conduzidos a São Paulo (MONTEIRO. *Os negros da terra*, p.74).
- ⁴³ Ver: AZEVEDO. Vilas e cidades no Brasil colonial.
- ⁴⁴ MONTEIRO. *Os negros da terra*, p. 81. Os colonos preferiam os tupis por já terem domínio de sua língua e por considerá-los mais aptos do que outros grupos à vida sedentária e ao trabalho agrícola.
- ⁴⁵ AZEVEDO. Vilas e cidades no Brasil colonial.
- ⁴⁶ SOUZA. Formas provisórias de existência, p. 47; ABREU. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, p. 121-122. Sobre a vida cotidiana nos sertões, ver, também: HOLANDA. *Caminhos e fronteiras*; MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*.
- ⁴⁷ Mais do que a mandioca – muito utilizada em toda a colônia –, eles preferiam plantar o milho, devido à comodidade do transporte e à fácil germinação. Ver: SOUZA. Formas provisórias de existência, p. 47-48.
- ⁴⁸ CALÓGERAS. *As minas do Brasil e a sua legislação*.
- ⁴⁹ Foi o caso da região de Sabará, descoberta por Borba Gato, genro de Fernão Dias e membro da grande bandeira. Ver: VASCONCELLOS. *Bandeirismo*.
- ⁵⁰ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 142-144; HOLANDA. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil, p. 288-293.
- ⁵¹ O trabalho de Maria Leônia Chaves de Resende demonstrou, entretanto, a presença de índios e de seus descendentes em vilas e arraiais de Minas. A autora afirmou que os especialistas em demografia histórica e em história social

tiveram dificuldade em reconhecer a presença indígena em contextos urbanos, principalmente devido ao fato de que, depois de catequizados e batizados com nomes cristãos, estes índios muitas vezes passavam a ser tratados com nomes mestiços (RESENDE. *Gentios brasílicos*).

- ⁵² Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 125; BARBOSA, *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 85.
- ⁵³ MONTEIRO (*Os negros da terra*, p. 263, nota 2) cita o exemplo de João Pedroso Xavier, que transferiu vinte índios originários das minas para sua fazenda na região de São Paulo.
- ⁵⁴ Ver: MONTEIRO. *Os negros da terra*, p. 210. Segundo Maria Leônia Chaves de Resende, a proporção de índios (e descendentes) nas populações urbanas mineiras variou entre 0,5 e 3,5% (RESENDE. *Gentios brasílicos*).
- ⁵⁵ NOVAIS. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)* apud COSTA. *Populações mineiras*, p. 44.
- ⁵⁶ Em 1718, apenas 10% de escravos da localidade de Pitangui eram índios. Em 1723, esta porcentagem é ainda menor: somente 5%. Ver: LUNA. *Minas Gerais*, p. 66. Para uma visão nuançada e atualizada a respeito da presença indígena nos espaços mineiros “civilizados”, ver: RESENDE. *Gentios brasílicos*.
- ⁵⁷ Botocudo era a denominação geral utilizada para designar diversas sociedades do grupo Gê, ocupantes da zona leste e sudeste de Minas Gerais que resistiram à colonização: os Araris, Aimorés, Coropós, Coroados, Maxacalis, Puris etc. Ver: BARBOSA. *História de Minas*, v. 2, p. 271-273. Para uma análise mais detalhada do termo botocudo e suas conotações, ver: LANGFUR. *Uncertain Refuge*.
- ⁵⁸ BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. I.
- ⁵⁹ BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. VII.
- ⁶⁰ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, t. II, p. 243 (tradução da autora).
- ⁶¹ FERRAND. *L'or à Minas Gerais*, p. 23.
- ⁶² LATIF. *As Minas Gerais*.
- ⁶³ Como foi referido, Borba Gato, um dos membros da expedição de Fernão Dias, descobrira importantes jazidas no vale do rio das Velhas (afluente da margem direita do rio São Francisco). No entanto, esta descoberta só foi anunciada à Coroa vinte anos mais tarde, numa época em que já eram conhecidas as minas do Ribeirão do Carmo (no vale do rio Doce), descobertas pelos habitantes de Taubaté. Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 71-80, 142-144.
- ⁶⁴ Lembre-se que o topônimo Ouro Preto remete às especificidades dos depósitos auríferos neste local: as pepitas achavam-se ali cobertas de minério de ferro, de cor escura. A respeito destas ocorrências auríferas e seus métodos de exploração, consultar FERRAND. *L'or à Minas Gerais*.
- ⁶⁵ LATIF. *As Minas Gerais*.
- ⁶⁶ CÓDICE Costa Matoso, p. 250.

- ⁶⁷ Curiosamente, tratava-se de campinas próximas à serra da Mantiqueira, bem conhecida dos paulistas já há muitas décadas; ao longo do caminho que conduzia à vila de São Paulo, existiam pousos e plantações nas quais os bandeirantes podiam descansar e abastecer-se (VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I).
- ⁶⁸ Ivituruí, na língua dos índios. Segundo narrativas dos bandeirantes, o termo faz alusão “ao vento muito frio que sopra no cume desta serra”. Ver: TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 43.
- ⁶⁹ Não se sabe ao certo por que os primeiros ocupantes denominaram “Sabarabuçu” esta região do rio das Velhas, sendo que a serra homônima – *locus* do mito das esmeraldas – havia sido situada, pelos contemporâneos, bem mais ao norte, próximo de Itacambira (no vale do Jequitinhonha) – zona que fora percorrida por várias expedições nos séculos precedentes. De qualquer modo, segundo fontes diversas, o arraial fundado na proximidade do rio das Velhas chamou-se, primeiramente, “Sabarabuçu” e, em seguida, Sabará. Ver: VASCONCELLOS. *Bandeirismo*.
- ⁷⁰ IGLÉSIAS. Minas Gerais, p. 366.
- ⁷¹ História do distrito do rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas, ca. 1750 (CÓDICE Costa Matoso, p. 277).
- ⁷² SAINT-HILAIRE. *Voyages dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, t. I, p. 77. Sobre as toponímias “sertão dos Cataguases” e “Minas Gerais”, ver, também: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 106-110, 138-140.
- ⁷³ MANSUY. Introdução e notas, p. 350, nota 1.
- ⁷⁴ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 203-204.
- ⁷⁵ Sobre a persistência de uma visão mítica e edênica da América portuguesa após sua ocupação, ver: HOLANDA. *Visão do paraíso*. Sobre os mitos de Minas Gerais, ver: SOUZA. *Frontière géographique et frontière sociale à Minas Gerais dans la seconde moitié du XVIII^e siècle*, p. 273-288.
- ⁷⁶ VASCONCELLOS. *Bandeirismo*, p. 128. A este respeito, ver, também: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 184, 221.
- ⁷⁷ Tschudi, “Reisen durch Südamerika”, *apud* MATA. *Chão de Deus*, p. 88.
- ⁷⁸ Ver o relato sobre as descobertas de Casa da Casca em: TAUNAY. *Relatos sertanistas*.
- ⁷⁹ Ver: SOUZA. *Os desclassificados do ouro*; SOUZA. *Norma e conflito*, p. 83-110.
- ⁸⁰ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*.
- ⁸¹ Ver, notadamente: GUIMARÃES; REIS. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750), p. 7-36.
- ⁸² ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 380.
- ⁸³ Carta de Artur de Sá e Menezes de 20 de maio de 1698 *apud* VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 167.
- ⁸⁴ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 177 *et seq.*
- ⁸⁵ Ver: ALMEIDA. Minas Gerais de 1750 a 1850, p. 107.

- ⁸⁶ VENÂNCIO. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial, p. 181.
- ⁸⁷ VENÂNCIO. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial, p. 185-186.
- ⁸⁸ Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais (CÓDICE Costa Matoso, p. 891-893).
- ⁸⁹ DICCIONARIO novo portuguez e francez com os termos latinos, ca. 1764.
- ⁹⁰ O autor destacou a diferença entre as *aldeias* e os *aldeamentos* – distinção nem sempre presente na documentação coeva. O primeiro termo é, em geral, utilizado para designar uma aglomeração “espontânea de índios, construída com seus próprios recursos e técnicas, sem a interferência de elementos da cultura dita civilizada”, ao passo que a palavra aldeamento refere-se a aglomerações de índios aculturados, organizadas por missionários (jesuítas ou outros) ou pelo poder civil. Esta distinção é importante, pois, em princípio, as aldeias de índios não podem ser consideradas como “embriões de cidades” – enquanto que diversos aldeamentos da colônia tornaram-se aglomerações urbanas. Ver: AZEVEDO. Embriões de cidades brasileiras, p. 39-69.
- ⁹¹ ALENCASTRO. *O trato dos viventes*, p. 341.
- ⁹² A este respeito, ver: VASCONCELLOS. *Bandeirismo*, p. 13, p. 115. Ver, ainda: VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 21-22.
- ⁹³ MONTEIRO. *Os negros da terra*, p. 94.
- ⁹⁴ Morrinhos situava-se próxima da confluência do São Francisco com o rio Verde (no limite dos atuais estados de Minas Gerais e Bahia). Ver: VASCONCELLOS. *Bandeirismo*, p. 12-13; VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, p. 111-113. Para um estudo detalhado sobre a questão, ver: PUNTONI. *A guerra dos bárbaros*.
- ⁹⁵ BNRJ, Seção de Manuscritos, ARC 4-6-3. No verso destes documentos podemos identificar a assinatura de Joseph Rodrigues de Oliveira, capitão dos Dragões, autor de outras cartas geográficas e de projetos de quartéis nas Minas Gerais, nos anos de 1720-1730.
- ⁹⁶ Ver: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico das Minas Gerais*, verbete “São Romão”; VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 33-44.
- ⁹⁷ FIGUEIREDO. Furores sertanejos na América portuguesa, p. 132.
- ⁹⁸ “Mappa Topográfico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes” (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC 23-4-2).
- ⁹⁹ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 172.
- ¹⁰⁰ Na terceira parte deste livro comentaremos os métodos de medição de superfícies utilizados pelos portugueses. Mas lembremos, desde já, que três léguas “em quadra” correspondem a uma superfície quadrada de três léguas de lado (ou seja, 19,8 km de lado, uma légua equivalendo a cerca de 6,6 km), o que dá uma área de 392,04 km².
- ¹⁰¹ Segundo a determinação do Conselho Ultramarino de 15 de março de 1731, o tamanho das sesmarias concedidas nas regiões mineradoras deveria ser de meia légua em quadra – ou seja, de uma superfície quadrada de meia légua de lado –, ao passo que nos sertões periféricos as concessões eram de três léguas em quadra. Ver: BARBOSA. *História de Minas*, v. 1, p. 235.

- ¹⁰² LEFEBVRE. *La production de l'espace*.
- ¹⁰³ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*.
- ¹⁰⁴ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 85, verbete “Cataguases”.
- ¹⁰⁵ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 372.
- ¹⁰⁶ “Durante muito tempo, uma campanha (*campagne*) definia-se essencialmente pelo seu aspecto plano e seu terreno descoberto, sendo, portanto, uma parente próxima da planície (*plaine*) (...) A campanha opõe-se ao mar, mas, sobretudo, à montanha, reativando a oposição latina *campus-mons*” (REY. *Dictionnaire historique de la langue française*, v. 1, p. 600.).
- ¹⁰⁷ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 227.
- ¹⁰⁸ Carta dos oficiais da câmara de Tamanduá, 1793 (RAPM, II, 1897, p. 383).
- ¹⁰⁹ “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e suas partes confinantes”, documento não assinado, conservado no Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, cota 004-B.4.1.
- ¹¹⁰ “Mappa Topográfica e Idrografico da Capitania de Minas Geraes” (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC 23-4-2).
- ¹¹¹ Esta inscrição aparece de maneira completa num mapa similar, conservado no Arquivo Histórico do Exército (RJ): “Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais”, desenhada por C. L. Miranda, 1804 (cota 003-d).
- ¹¹² BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 356.
- ¹¹³ A palavra *lieu-dit* significa “lugar no campo, que tem um nome tradicional, designando uma particularidade de ordem topográfica ou histórica”, segundo o *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*.
- ¹¹⁴ Informação das antiguidades da Cidade Mariana (CÓDICE Costa Matoso).
- ¹¹⁵ Informação das antiguidades da freguesia de Catas Altas, ca. 1750 (CÓDICE Costa Matoso, p. 262, grifos nossos).
- ¹¹⁶ BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 82, verbete “distrito”.
- ¹¹⁷ Em 1753, a câmara de Mariana pedia ao rei que se criasse “em cada Cidade e Vila, um correio para que se transportem as cartas vindas de Portugal nas frotas, e de todos os portos do mar deste Continente Americano, sem o risco de se perderem, ruína que é quase frequente no país” (carta de 22 de dezembro, AHU, cx. 63, doc. 69).
- ¹¹⁸ Ver o verbete “continente” na obra de: MACHADO. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*.
- ¹¹⁹ APM, SG 122, fl. 21 *apud* BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 69.
- ¹²⁰ *Apud* VALADÃO. *Campanha da Princeza*, v. I, p. 97, grifos nossos.
- ¹²¹ AHU, cx. 114, doc. 33, grifos nossos.
- ¹²² BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, grifos nossos.